

Ritos de morte no congado mineiro:

os Arturos

Rites of death in congado mineiro: the Arturos



RESUMO

O objetivo deste artigo é investigar o sentido da morte para os congadeiros da Comunidade dos Arturos, localizada no Município de Contagem, Minas Gerais. Os Arturos representam um dos grupos mais antigos e tradicionais de congada de Minas Gerais, e é responsável por um patrimônio cultural de mais de 120 anos. Nesta comunidade os velhos, guardiões dos saberes ancestrais, tentam, com perseverança, vencer a dessacralização da vida e da morte pelas emergências da modernidade, e manter os ritos de passagem como forma de preservar os saberes adquiridos ao longo dos tempos e transmitidos de geração em geração.

Palavras-Chave: Comunidade dos Arturos – Morte – Ritos fúnebres – Congadas – ancestrais – Irmandades do Rosário

ABSTRACT

The purpose of this article is to investigate the meaning of death for the community of Arturos located in the city of Contagem, Minas Gerais. The Arturos represent one of the oldest and most traditional groups of congada from Minas Gerais, and is responsible for the cultural heritage of more than 120 years. In this community the old, guardians of knowledge ancestors, try with perseverance, defeat the demystification of life and death by the emergencies of modernity.

Keywords: Community of Arturos – Death – Congadas – Ancestors – Brotherhood of the Rosary

* Doutora em Ciências Sociais – Antropologia, pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP. Professora do Departamento de Comunicação da Universidade Cruzeiro do Sul – Unicsul/SP. CV: <http://lattes.cnpq.br/7921790304534563>



Os Arturos

Localizada em Contagem, Minas Gerais, a Comunidade Negra dos Arturos é comumente conhecida e reconhecida por suas tradições em torno do Reinado de Nossa Senhora do Rosário, cujas homenagens e devoções se fazem por meio da Congada, expressão popular fortemente enraizada na cultura mineira. A comunidade descende de Camilo Silvério da Silva que, em meados do século XIX, chegou ao Brasil num navio negreiro vindo de Angola. O filho, Artur Camilo Silvério, nasceu em 1885 e casou-se com Carmelinda Maria da Silva e tiveram 10 filhos. Foram morar em Contagem, na localidade então conhecida como Domingos Pereira, onde adquiriram a propriedade na qual ainda vivem seus descendentes. Hoje, em sua quarta geração, fazem parte da comunidade 80 famílias, cerca de 500 pessoas.¹

Há mais de 120 anos os descendentes de Camilo Silvério guardam na memória os ensinamentos transmitidos pelos antepassados, de quem herdaram os 6,5 hectares de terra onde a maioria ainda vive, conforme Gomes e Pereira (2000, p. 165).² Ouso afirmar que a morte foi o agente catalisador para a formação da Comunidade dos Arturos, pois foi devido à impossibilidade de despedir-se do pai morto, Camilo Silvério, que Arthur Camilo, um dos seis filhos do casal, então com 15 anos de idade, fez a promessa de se libertar e prosperar para que seus filhos não passassem pela mesma situação que ele, para que tivessem o direito de chorar e enterrar seus mortos com a dignidade, o afeto e respeito merecido.

Fato marcante, pois um dos principais costumes conservados pelos escravizados que aportaram no Brasil, como parte da cosmovisão africana,³ foi o cuidado com os mortos, para que estes tivessem uma boa morte. Assim, teriam a garantia de sua ancestralidade, do retorno aos seus, de modo a não vagar em terra alheia. Nesse sentido, assevera Reis:

O cuidado com o cadáver era da maior importância, uma das garantias de que a alma não ficaria por aqui penando. Cortavam-se cabelo, barba, unhas. O banho não podia tardar, sob pena de o cadáver enrijecer, dificultando a tarefa. Os nagôs acreditavam que a falta dessa cerimônia impedia o morto de encontrar seus ancestrais, tornando-o um espírito errante. (Reis, 1991, p. 114).

A partir do século XVIII, velar, rezar e enterrar bem os mortos também se constituirá uma das principais obrigações das Irmandades.⁴ Segundo Caio César Boschi (1986, p. 183), "as irmandades foram uma força auxiliar, complementar e substituta da Igreja, sendo responsáveis

¹ Informações a partir de depoimento de Jorge Antônio dos Santos, Diretor Social da Comunidade dos Arturos, ao jornal Prefeitura Faz, número 29, de abril de 2011. Conforme recorte do jornal guardado nos arquivos da comunidade em Contagem. Acesso em 10/10/2011.

² Conforme certidão emitida pelo Cartório do 1º. Ofício, na sessão de Registro de Imóveis da Comarca de Betim datado de 2 de novembro de 1888.

³ Cosmovisão africana é a ótica africana sobre o mundo e suas relações; representa princípios que orientam o viver africano, seu modo de organização social, seus valores e formas de ver e entender o mundo (Oliveira, 2003).

⁴ Durante o ciclo do ouro, com a necessidade de ter uma vida espiritual e religiosa, Minas Gerais fez uso das irmandades leigas, na medida em que não podia contar com ordens religiosas. Essas irmandades leigas prestavam assistência tanto na vida social, auxiliando os enfermos, como na vida cultural, realizando festas religiosas no povoado Neto (2010).

pela contratação de religiosos e pela construção dos templos”.

Os escravos da época pagavam essas irmandades e também eram seus membros pelo medo de ter seu corpo, após a morte, jogado ao léu, abandonado nas portas das igrejas ou em praças, rios, mares, haja vista ser esse o costume dos senhores do engenho, principalmente quando os escravos se encontravam em estado de enfermidade ou velhice. Portanto, nos estatutos dessas irmandades havia um capítulo que garantia o enterro após sua morte, conforme aponta Antonia Aparecida Quintão:

Uma das atribuições mais lembradas nos capítulos dos estatutos ou compromissos das irmandades refere-se à garantia de um enterro para os escravos, freqüentemente abandonados por seus senhores nas portas das igrejas ou nas praias para que fossem levados pela maré da tarde. (Quintão, 2000, p. 163).

Arthur Camilo Silvério nasceu em 1880 (†1956), em Minas Gerais, nove anos após a promulgação da Lei do Ventre Livre (1871), que liberava do cativeiro os filhos nascidos de escravizados. No entanto, apesar de ter nascido livre, sofreu as consequências de um sistema que criava leis que serviam mais como armadilha para os negros. Leis que favoreciam o próprio sistema, pois isentavam os proprietários de escravizados de responsabilidade sobre os velhos – a partir da Lei do Sexagenário, de 1885, e sobre as crianças – com a Lei do Ventre Livre. Para manter seus filhos próximos, os pais ofereciam os filhos para que fossem batizados pelos próprios, que assim os mantinham como ajudantes de serviços gerais ou os enviavam para outras localidades, para servirem outras famílias até a maioridade. Outra alternativa era a manutenção junto aos pais em várias frentes de trabalhos, para ter seu sustento, afirma Bernardo (1988, p. 34). Assim aconteceu com Arthur Camilo e os demais irmãos e irmãs.

Conforme Oliveira (2005, p. 26), como toda vítima da Casa Grande, muito cedo aprendeu que, em casa de “senhor”, negro seria sempre escravo. Sua alforria não impediu que, quando da morte do pai, fosse proibido pelo padrinho que o criava de ir vê-lo e tomar a última bênção. Após ser agredido violentamente por aquele que deveria ser seu cuidador, o menino rebelou-se e fugiu, dando início ao que seria a saga dos Arturos. Perseguido, viveu em vários lugares nos quais se concentravam grupos de negros, negando-se terminantemente a voltar para a casa do padrinho. Fixou-se na Mata do Curiangu, na região de Esmeraldas/MG, onde organizou a vida e se casou com Carmelinda Maria da Silva, com quem teve onze filhos, que a partir de então viriam a se chamar Arturos, em referência a seu nome e a representar os principais e atuais grupos familiares da comunidade:

Geraldo Arthur Camilo (seu Geraldo† 2004), Maria Gelsa da Silva († morreu na adolescência) Conceição Natalícia da Silva (Tetan† 2016), Juventina Paula de Lima (Intina† 2005), Maria do Rosário da Silva (Induca† 2010), José Acácio da Silva (Zé Arthur† 1990), Izaíra Maria da Silva (Tita† 2007), Antônio Maria da Silva (seu Antônio† 2018), Mário Braz da Luz (Tio Mário), João Batista da Silva (Tio João† 2004) e Joaquim Bonifácio da Silva (Bilt† 2008). Raimundo Afonso da Silva (Raimundão† 1986) é o 11º

*filho, que foi adotado pelo casal e passou a fazer parte da família e ser tratado sem distinção alguma dos filhos legítimos.*⁵

É para eles que, em razão do sofrimento por que passou, Arthur Camilo Silvério e a esposa ensinaram a importância de cuidar dos mortos, fazer as orações e um sepultamento adequado. Portanto, velar os parentes mortos representa, até hoje, uma obrigação que, para o grupo, não pode ser deixada de lado. Os ensinamentos integram a memória coletiva da comunidade, acessada sempre que necessário pelos filhos, que contam com detalhes os sofrimentos enfrentados pelo pai:

*Ainda lembro de papai sentado com os olhos parados contando pra gente de como ele sofreu quando o pai morreu. Ele morava com um padrinho quando chegaram avisando que o pai tinha morrido. Ele correu pro padrinho pra pedir pra ele ir ver o pai, mas ele não deixou. Ele ficou muito triste, chorou muito e depois de um tempo foi lá de novo tentar comover o padrinho, mas ele ficou bravo por demais e pegou um pau que tava sempre perto dele e deu uma paulada na boca de papai que arrancou sangue na hora, quebrou os dentes tudinho. Papai ainda teve que limpar o sangue do chão, acredita nisso? O homem era ruim mesmo. Acho que nunca tinha morrido parente dele, se não ele ia ver o que é bom. Papai ficou revoltado com isso, era tristeza e dor que não acabava mais. O pior é que ele não pôde de verdade pôr a última benção no pai. Isso é muito triste pra gente.*⁶

São essas memórias que fazem parte da vida do grupo e possibilitam um encontro do passado que os sustenta com o presente. Memórias que, quando narradas pelos velhos, perceptivelmente causam grande dor. Mas uma dor que pode ser traduzida pelo distanciamento cada vez maior dessa história primeira e o presente. Memórias relegadas ao isolamento e solidão dos velhos, que são contadas cada vez mais aos estranhos, e menos à família.

A narração dos velhos Arturos contem momentos de silêncio, e expressões ininteligíveis aos que não participam dessa reconstrução do passado. Contudo, esse silêncio não deve ser interpretado como esquecimento, mas como característica dos conflitos que permeiam as lembranças desses velhos, que escolhem cuidadosamente as palavras para expressar seus sentimentos. Por vezes, emocionam-se e, envergonhados, pedem desculpas por falar sobre algo que só faz sentido para eles. Para Pollak (1989), esse silêncio e atitude constituem parte da memória subterrânea, das lembranças transmitidas no interior da família, que perdem importância para a sociedade englobante (Oliveira, 2005).

É por intermédio dessas memórias que soubemos que, somente após muitos anos, por volta de 1964, devido às dificuldades enfrentadas para sobreviver em terras alheias, os Arturos vieram habitar a terra herdada do pai no povoado Domingos Pereira, atual Jardim Vera

⁵ Informação colhida em entrevista em agosto de 2004 com Maria do Rosário da Silva e Izaira ((Induca) Maria da Silva (Tita), filhas de Artur Camilo, à autora deste artigo para fins acadêmicos.

⁶ Fala de Antônio Maria da Silva, 72 anos, em entrevista gravada em agosto de 2004, por Rosângela Paulino de Oliveira.

Cruz, no município de Contagem. Tais terras, conforme documentos, foram adquiridas em 2 de novembro de 1888 por Camilo Silvério, registradas em certidão no 1º. Cartório de Ofício da Comarca de Contagem, de 25 de março de 1952, quando da morte de Arthur Camilo.

Foi nessas terras que, segundo Arthur Camilo e Carmelinda Maria,⁷ em contato com amigos e parentes espirituais, ensinaram os filhos a manterem-se unidos em torno das tradições herdadas dos antepassados e ressignificadas para a família como forma de união e fé. Passaram a realizar, anualmente, as festas em louvor a Nossa Senhora do Rosário e São Benedito, além da Folia de Reis, Festa do João do Mato e os batuques familiares e, especialmente, em relação à morte.

Essa gênese festiva que une os Arturos e diversos amigos de fé é o que os torna irmãos do Rosário, os fortalece e possibilita a elaboração de uma cosmologia sociocultural na qual passam de meros descendentes de escravos a cidadãos positivamente empoderados pelo reinado da Senhora do Rosário. É nas festas do Congado que os pretos e pobres saem às ruas, dançando e cantando as memórias do cativo, demonstrando que essa foi a estratégia que possibilitou a eles sobreviver à pobreza, à opressão, à discriminação. É então expresso um sentimento de pertença que se espelha no sorriso distante e no olhar voltado para o céu. É nesse momento que se fazem aroeira, árvore forte cujos galhos dobram, mas não quebram, que se cura sozinha. Como afirma Geertz:

Na crença e na prática religiosa, o ethos de um grupo torna-se intelectualmente compreensível porque demonstra representar um tipo de vida idealmente adaptado ao estado de coisas atuais que a visão de mundo descreve, enquanto a visão de mundo torna-se conveniente por ser apresentada como uma imagem de um estado de coisas verdadeiro, especialmente bem-arrumado para acomodar tal tipo de vida (Geertz, 1989, p. 104).

A congada é o que promove a reconciliação com esse passado de dor e sofrimento. É um diálogo aberto e informal com a Mamãe do Rosário, sua padroeira e protetora. Revivem na congada o mito da santa que veio nas águas do mar sagrado para salvá-los do cativo.⁸ Ainda hoje, recriam esse mito no dia a dia nos ritos de vida e, também, de morte.

É na hora da morte que há um grande diálogo com o Criador e com os antepassados, para que eles intercedam pelo irmão que se foi e o recebam de braços abertos. É por meio do canto e dos corpos que balançam, que o sagrado se manifesta. Presente e passado unem-se em busca da velha Aruanda, a terra distante, o reino dos santos e morada dos antepassados que ajudam nessa passagem (Durkheim, 1989; Mauss, 1974).

Para os Arturos, nascer e morrer são momentos de igual significado. Quando nasce um descendente de Arthur Camilo e Carmelinda Maria é mais um tronco da velha árvore que brotou

⁷ Interpretação da autora deste artigo a partir de depoimentos dos filhos de Artur Camilo e Carmelinda Maria, Geraldo da Silva, Antônio Maria, José Bonifácio e Mário Brás da Luz, em entrevista realizada em agosto de 2004 na Comunidade dos Arturos.

⁸ Conforme Chauí (2000, p. 161-3), o mito surge a partir da necessidade de explicação sobre a origem e a forma das coisas, suas funções e finalidade, os poderes do divino sobre a natureza e os homens.

e desabrocha, para dar continuidade às tradições. Quando morre, é um pedaço desse tronco, uma conta do Rosário de Nossa Senhora que partiu, deixando um espaço difícil de preencher. Em ambos os rituais, de nascimento e de morte, são necessários, como comumente dizem, “botar sentido”. É a vida que está se renovando e mostrando novo caminho a seguir.

As práticas e lidas com a morte

Para Morin (2005, p. 166), a cultura é, no seu princípio, a fonte geradora/regeneradora nas sociedades humanas, pois integra os indivíduos na complexidade social e condiciona o desenvolvimento da individualidade. Nesse contexto, dentre os costumes vivenciados pela comunidade dos Arturos, era comum que quando algum doente apresentava qualquer indício de que estava para morrer uma pessoa da casa ou uma benzedeira⁹ colocasse uma vela acesa em suas mãos, pois vigorava a crença em que a luz confortaria o doente, por clarear a passagem pela qual seu espírito deveria seguir.¹⁰

O moribundo também recebia outros cuidados para seu conforto; em seu quarto, na cabeceira da cama eram colocadas, no criado-mudo ou numa mesinha, imagens dos santos de devoção, um rosário, um copo com água, alguma planta natural,¹¹ uma vela, de preferência de sete dias, sempre acesa. Ao lado de sua cama havia sempre uma cadeira para os visitantes sentarem e passarem algum tempo em companhia do moribundo.¹²

Subtende-se assim que, conforme Cascudo (1972, p. 573), e levando em consideração as ideias de Ariès (2014), esse pode ser visto como um exemplo típico de morte domesticada e de preparação do moribundo para uma boa morte. A solidariedade com os doentes, os moribundos e com as famílias era levada a sério por todos. É na presença de parentes, amigos, vizinhos e, se possível, de um padre – que se morria antigamente”, afirma Reis (1991, p. 110). Quando a morte era finalmente confirmada, começava a preparação do corpo e do funeral, e o cumprimento das obrigações rituais.

Nos Arturos, devido à falta de assistência à saúde em muito ocasionada pela distância dos centros urbanos e a resistência dos próprios doentes em ir para o hospital,¹³ geralmente morria-se em casa. As próprias famílias deviam se encarregar dos cuidados para o sepultamento. A família do falecido tinha cuidado com o tratamento do corpo, que deveria ser banhado, vestido e colocado em lugar específico na posição funeral – deitado de costas, com as mãos cruzadas sobre o peito, entre outros preparativos que incluíam os cuidados com o status social no grupo e na comunidade. Quando o serviço funerário chegava, já encontrava o morto pronto

⁹ As rezadeiras ou benzedadeiras são mulheres que, usando uma sabedoria ancestral, acionam conhecimentos do catolicismo popular, súplicas e rezas, com o objetivo de restabelecer o equilíbrio material ou físico e espiritual das pessoas que buscam sua ajuda (Oliveira, 2015, p. 5).

¹⁰ Explicação dada por Junventina Maria de Paula, benzedeira da comunidade dos Arturos, em entrevista cedida à autora deste artigo em agosto de 2004.

¹¹ Geralmente, espada de São Jorge, para cortar os males e abrir caminhos para a saúde e prosperidade ou guiné, também para cortar os males.

¹² Práticas amplamente exploradas em Reis (1991, p. 110-133).

¹³ Observação que aparece na fala de vários moradores da comunidade ao se referir aos cuidados com a saúde e a conservação dos costumes tradicionais com a vida e a morte. Conforme entrevistas realizadas em 2004.



(Reis, 1991, p. 127-132).

O cuidado com o cadáver era muito relevante, uma das garantias de que a alma não ficaria por aqui, penando. Cortava-se o cabelo, a barba, as unhas, penteava-se com todo cuidado e esmero. Além disso, o banho não podia tardar, sob pena de o cadáver enrijecer, dificultando a tarefa. Essa tradição era comum entre os nagôs, que acreditavam que sem essa cerimônia o morto não conseguia encontrar seus ancestrais, tornando-se um espírito errante, um isekú. O mesmo ocorria entre os iorubas, que faziam questão de deixar o “defunto baiano” limpo, bonito e cheiroso para o velório, seu último encontro com os parentes e amigos vivos. Faziam uso, inclusive, de infusões ou alfazema (Reis, 1991, p. 114-115).

No entanto, “tal como na África e Europa, haviam os especialistas em manipular defuntos, rezadores profissionais” (Varela, 1936, p. 125). Não era qualquer pessoa que podia tratar do corpo de um falecido e para os Arturos continua deste modo. Deve ser alguém de coragem, que não tenha medo de morto e respeite, ainda, o status da pessoa.¹⁴ Embora as rezadeiras fossem acionadas para essa atividade, existiam outras pessoas, mais velhas, que também desempenhava o mesmo papel, conforme a hierarquia familiar e religiosa estabelecida pelo grupo.

Carecia serem mulheres e homens probos, honestos, especialistas da arte. Pessoas que se fizessem ouvir e atender pelo morto, a quem chamavam pelo nome, instruindo-o: “dobre o braço, Fulano, levante a perna, deixe ver o pé! [...] Fulano, feche os olhos para o mundo e abra-os para Deus (Reis, 1991, p. 115).

Enquanto preparavam o corpo, algum familiar era encarregado de separar as roupas para vestir o morto, o lençol para cobrir o caixão, os objetos que deviam ser colocados no caixão e sobre a sepultura etc. Esses cuidados deveriam respeitar a vontade do falecido, muitas vezes determinada em vida ou no leito de morte, pois as famílias temiam ficar em débito com o morto.

Acreditavam que os cuidados com a preparação do corpo eram fundamentais para que o morto fizesse boa passagem. Mesmo depois de colocado no caixão, eram necessárias algumas providências para garantir um bom velório. Segundo as crenças locais, se um morto permanecesse com olhos entreabertos era sinal de que ele “estava com pena de deixar esse mundo, ou então tinha apego muito grande a uma pessoa da família e voltaria para buscá-la”.¹⁵

Na comunidade esses velórios contavam com muitos choros e lamentações, gritos e desmaios, inclusive quando a morte era esperada. Cada parente próximo que chegava gerava nova onda de dramaticidade, tanto que algumas pessoas eram encarregadas de amparar as vítimas dos desmaios. Mas nem tudo era tristeza: com o passar das horas, quando todos os parentes tinham chegado, começavam os momentos de “diversão”. Como de costume, os

¹⁴ O corpo de mulheres só poderia ser preparado por outras mulheres, o dos homens por outros homens e as crianças somente por mulheres, conforme informação das mulheres da comunidade.

¹⁵ Conforme declaração de Antônio Maria da Silva, em entrevista gravada em agosto de 2004 à autora deste artigo para fins acadêmicos.

velórios duravam 24 horas, “para ter certeza que a pessoa tinha realmente morrido” (Reis, 1991, p. 131). Logo, para passar essas longas horas, era frequente que as pessoas se reunissem em grupos e comesçassem a contar piadas, histórias que envolvessem o falecido, especulações acerca das circunstâncias da morte. Geralmente, algum dos mais velhos iniciava a contar os causos e o grupo aumentava, transformando o velório em verdadeira e grande reunião social – que, de fato, é o significado do velório nessas comunidades tradicionais.

Para manter o grupo confortável, durante toda a noite eram servidos café, sanduíches, sopa, chá para relaxar e a famosa cachaça para beber o morto. Os risos, paqueras entre os mais jovens não chegavam a incomodar a família, pois era tradição que ocorresse. Uma das “tias” mais velhas podia aparecer, para chamar a atenção quando o clima se excedia, mas sem grandes exaltações.

Esse era um momento em que a casa da família (do morto) tornava-se um espaço público no qual toda a comunidade circulava, solidarizava-se e sociabilizava-se de forma geral. Contudo, esse caráter festivo era entremeado por momentos de choro, lamentações, gritarias, desmaios, e “outras expressões obrigatórias dos sentimentos” que, conforme Mauss (2001, p. 69), “eram do mesmo modo esperados, naturalizados e faziam parte do ritual funerário”.

Depois de passarem uma noite velando o corpo, no dia seguinte, antes do fechamento do caixão para ser conduzido até o cemitério, realizavam os ritos de despedidas, que envolviam orações, cantos, lamentações, filas para despedida pessoal e recomendações para o descanso da alma. Em seguida, os homens da família posicionavam-se, cada um ao lado do caixão para leva-lo, em cortejo, até o cemitério. Os mais velhos ficavam sempre próximos à cabeça, indicando que eram os “donos do cadáver”.¹⁶

Inicialmente, o cortejo seguia até o cemitério a pé ou com ajuda de carroças, preparadas para conduzir o caixão. As pessoas que acompanhavam os enterros seguiam atrás dos condutores em atitude de reverência e tristeza, rezando, cantando e dando informações por onde passavam sobre quem era o morto. Se a pessoa que perguntou conhecesse a família, largava o que estivesse fazendo para seguir o cortejo. Quando chegavam ao cemitério, tomavam o cuidado de posicionar os pés do defunto para dentro, de modo a evitar que ele desejasse voltar.¹⁷ Na hora do sepultamento, após a encomenda do corpo, os que estavam presentes jogavam um punhado de terra dentro da cova, enquanto o coveiro cobria a sepultura como forma de dar, mais uma vez, o último adeus.

Essas e outras práticas detalhadas, embora não explicadas, eram minuciosamente observadas no passado e, em grande medida, eram realizadas como meio de mediar a passagem das almas para “o mundo dos mortos”, ou “para o outro mundo”, como afirma DaMatta (1987, p. 72), e impedir que eles retornassem para importunar os vivos. Porém, atualmente há uma “perda desses antigos costumes”, como explicam:

As pessoas já não levam mais a vida e a morte a sério. Tudo é feito

¹⁶ Informação extraída da entrevista com Geraldo da Silva, filho mais velho de Arthur Camilo, em agosto de 2004, à autora deste artigo para fins acadêmicos.

¹⁷ Declaração de um grupo de mulheres durante roda de conversas em agosto de 2004 na comunidade dos Arturos, à autora deste artigo para fins acadêmicos.

*com pressa. Mal a pessoa morre e já querem enterrar, não dá tempo de velar, de chorar, de esperar pra ver se morreu mesmo. Não trazem nem mesmo o falecido pra casa, pra ele se despedir dos seus. Aqui não. Aqui a gente faz questão de velar direitinho, como manda os mandamentos. Já aconteceu de não dar tempo de vir (o corpo), mas aí é uma tristeza só. Tem que despedir direito, tem que rezar, fazer as obrigações para a pessoa descansar em paz.*¹⁸

Em meados dos anos de 1990, as transformações da região, decorrentes do surgimento de novos bairros residenciais, acarretou várias mudanças na infraestrutura regional – como melhorias nas condições da estrada, nos meios de transportes, instalação de postos de saúde, escolas, iluminação nas ruas, fortalecimento no comércio e pequenos negócios, que abriram novas frentes de trabalho e desenvolvimento. Tais modificações favoreceram também a Comunidade, pois encurtaram a distância entre a comunidade e a cidade, facilitando o acesso ao atendimento em saúde, nos postos, hospitais e, também, nos serviços funerários.¹⁹

Com essas transformações, os cuidados com a saúde e doença passaram para o poder público, o que interferiu na estrutura das famílias, que delegaram os cuidados aos médicos e enfermeiras. Esse processo provocou resistência por parte dos velhos, que se recusaram a fazer certos exames invasivos, por medo de descobrir doenças que os afastasse de casa para o leito de um hospital. Tal situação conduziu ao adoecimento de muitos idosos, por ocultarem os sintomas das doenças, por medo de serem internados ou, até, de morrer no hospital. Este tema foi abordado por Elias (2001).

A ideia de ficar internado e morrer no hospital, longe da família e de tudo que é familiar aterrorizava os velhos, o que acarretou que muitos reunissem os familiares, pedindo que os familiares prometessem que, se morressem no hospital, ao menos seriam levados para serem velados em casa, que não seriam abandonados. Conforme Reis (1991, p.100), morrer sozinho na reclusão hospitalar é morrer mal. Não voltar para ser velado entre os seus, pior ainda.

O afastamento dos vivos em relação aos moribundos e o silêncio que gradualmente os envolve continuam depois que chega o fim. Isso pode ser visto, por exemplo, no tratamento dos cadáveres e no cuidado com as sepulturas. As duas atividades saíram das mãos da família, parentes e amigos e passaram para especialistas remunerados. A memória da pessoa morta pode continuar acesa; os corpos mortos e as sepulturas perderam significação (Elias, 2001, p. 37).

E não é só o medo de morrer dos velhos que muda a estrutura das comunidades, mas esse distanciamento provocado pelas transformações modernas. Ariès afirma que a modernidade do século XX “expulsou a morte” do cotidiano e provocou consideráveis transformações no cotidiano das famílias: “A sociedade já não faz uma pausa, o desaparecimento de um indivíduo

¹⁸ Entrevista com Mário Brás da Luz, Patriarca dos Arturos em agosto de 2004, à autora deste artigo para fins acadêmicos.

¹⁹ A comunidade dos Arturos, conforme apontamos anteriormente, fica a 2,5 quilômetros do centro de Contagem, município que integra a Região Metropolitana de Belo Horizonte (Lucas, 2002, p. 53).

não mais lhe afeta a continuidade. Tudo se passa na cidade como se ninguém morresse mais” Ariès (2014, p. 756). Situação facilmente observada ao notarmos o lugar dos cemitérios nas cidades, a forma como os mortos são velados em velórios municipais em horários comerciais e o processo de higienização introduzido na sociedade moderna²⁰ para garantir o afastamento das possíveis doenças provocadas pela morte, a exemplo das pestes ocorridas no séculos passados como a cólera-morbo, que atingiu várias pessoas no Rio de Janeiro em 1850 e impulsionou a implementação da lei que exigia construção de cemitérios na cidade aprovada quinze anos antes, em 1835 e o advento da cólera na Bahia em 1855 (RODRIGUES, 1997, p. 104)²¹

Em pouco tempo, conforme as cidades foram se modernizando, os modelos de residência foram mudando, as pessoas passaram a sentir receio e desconforto com a ideia de lidar com os mortos, de conviver com a memória do morto dentro do caixão e no meio da casa, como era de costume, apesar de manterem a tradição dos cuidados com os ritos. Com o passar do tempo, difundiu-se a ideia de que, no ambiente doméstico, as pessoas prefeririam cultivar a imagem da pessoa em vida, dos bons momentos vividos, e não “a imagem dela morta”.²²

Hierarquia e poder no congado

Para os filhos de Nossa Senhora do Rosário, como os Arturos se denominam, os ritos fúnebres devem respeitar uma hierarquia. Nem todos os integrantes da Irmandade do Rosário e da Comunidade dos Arturos terão direito ao mesmo tipo de rito, o que significa que os ritos celebram também, além da morte, o lugar ocupado pelo indivíduo no grupo familiar e/ou espiritual. É um sistema complexo de relações de poder, que se espelhará na vida e na morte. (Oliveira, 2011).

Para Morin (2005, p. 166), a cultura é, no seu princípio, a fonte geradora/regeneradora da complexidade das sociedades humanas, pois integra os indivíduos na complexidade social e condiciona o desenvolvimento da complexidade individual. Durkheim (1989) e Mauss (1974), em suas obras sobre as estruturas elementares da vida religiosa e sobre a dádiva nas sociedades tradicionais, afirmam que uma sociedade não se reproduz somente porque os indivíduos relacionam-se e pensam o mundo, mas porque seu movimento e dinamismo derivam da eficácia de forças sociais ativas. As forças ligadas aos ritos e aos mitos cotidianos, à dinâmica que cada grupo imprime ao seu viver.

O Congado, parte festiva dos folguedos em honra e devoção à Nossa Senhora, guarda

²⁰ Conforme Habermas (2000, p. 9), o conceito de modernização refere-se a um conjunto de processos cumulativos e de reforço mútuo: à formação de capital e mobilização de recursos; ao desenvolvimento das forças produtivas e ao aumento da produtividade do trabalho; ao estabelecimento do poder político centralizado e à formação de identidades nacionais; à expansão dos direitos de participação política, das formas urbanas de vida e da formação escolar formal e, à secularização de valores e normas.

²¹ Ao falar de higienização voltamos a Reis (1991, p.141), para quem as crenças e lidas com a morte e a preocupação com o sepultamento dão origem a um processo de higienização do fenômeno Morte dentro da cultura ocidental, fenômeno que se concretiza nos anos oitocentos com a criação dos cemitérios.

²² Afirmção presente unanimemente nos depoimentos dos membros da comunidade dos Arturos.

características próprias em sua organização que recriam e mantêm laços de parentesco consanguíneo e espiritual bastante complexos (Morin 2005, p. 166). Para entender essa estrutura, é necessário entender como os Arturos organizaram-se nas três estruturas que os cercam: a família Arturo, o Congado e a Irmandade do Rosário de Contagem, pois participar de um não significa estar e fazer parte necessariamente do outro.

Conforme Boschi (1986, p. 37), muitos grupos de Congada surgiram independente da sua associação com as Irmandades e confrarias. Apesar de os Arturos integrarem a Irmandade do Rosário de Contagem, a ênfase do grupo está nos festejos do Reinado de Nossa Senhora. É neles que surgem com toda a força a sua identidade e visão de mundo. Por isso, hoje é difícil estabelecer os limites, principalmente, entre o que é a Congada e a Irmandade. O presidente eleito para a Irmandade influencia e interfere em toda a dinâmica da Comunidade e do Congado, três instâncias que, embora diferentes, são complementares. No entanto, quando falamos na Comunidade dos Arturos, estamos referindo-nos à família, as gerações ascendentes de Artur Camilo e Carmelinda Maria. "A marca do nome atesta a força da ancestralidade: filhos, netos e bisnetos de Arthur são hoje ARTUROS, família mantida e alimentada pela raiz inicial" (Gomes e Pereira, 1990, p. 11). A família demarcará muito bem esse território de pertença.

A Irmandade do Rosário de Contagem, fundada em 1864, embora sob a guarda da Comunidade dos Arturos desde 1972, permite a participação de outras pessoas de fora da família que se tornam irmãos e irmãs de fé, os Irmãos do Rosário. Como instituição jurídica, é ela quem representa os Arturos estatutariamente (Oliveira, 2005, p. 86-87).

O Congado é a parte festiva da Irmandade do Rosário, a representação do Reinado de Nossa Senhora que agrega as guardas do Congo e de Moçambique com seu trono coroado, compostas pelos Arturos e irmãos do Rosário que aprenderam com eles a fé e a união em torno do Rosário de Maria.²³ Mais do que a parte festiva, o Congado agrega pessoas que, por serem velhos conhecidos pertencentes à mesma classe e condição social e terem o mesmo rastro de memória fincado na escravidão, mantiveram-se próximas, unidas e fizeram do Congado sua força e expressão. É onde ressignificam a vida e negociam sua identidade e mesmo a cidadania, pois passam de pessoas simples e pobres a reis, rainhas, capitães. É onde se sentem amparados pelos irmãos presentes e pelos antepassados sob o olhar atento dos santos de devoção. Para quem a única família de verdade são esses irmãos e irmãs do Rosário, o que os une é, em primeiro lugar, o Congado e não a Irmandade do Rosário (Oliveira, 2005, p. 98).

Porém, o grande problema que surge com essas três instâncias é quando elas passam a ser tratadas como uma só e sob responsabilidade da Irmandade, pois, para a família, esse poder da Irmandade era simbólico, quem mandava mesmo eram os velhos Arturos, símbolos de poder e força. São eles que organizavam a vida da Comunidade e assumem, dentro da estrutura do Congado, os principais postos de comando, sendo assim o Congado uma extensão da família, o que não impede que os que são de fora assumam, junto com eles, outros cargos de destaque como reis, rainhas e capitães.

No entanto, como são representados juridicamente pela Irmandade do Rosário de

²³ Conforme Lucas (2002, p. 59), a lenda da aparição de Nossa Senhora para os negros fundamenta a estrutura ritual do Congado e a hierarquia estabelecida no grupo.

Contagem, quando há eleição para a diretoria e demais cargos administrativos, outras pessoas, sempre membros da família com alguns poucos de fora, é que se candidatam e passam a representar as duas outras estruturas nos espaços públicos, nas negociações de convênios, parcerias, etc., relação que, por vezes, se torna conflituosa, porque essa diretoria passa por cima da autoridade dos velhos para conseguir dar conta das exigências dos convênios com o poder público (Gomes e Pereira, 2000, p. 205-206).

Interferem na dinâmica das festas, abrem as portas da Comunidade e, assim, da família, para outros grupos de fora, para outras atividades internas. Levam a Comunidade a participar de eventos e atividades que nem sempre estão de acordo com os códigos de conduta estabelecidos pelos antigos e que os velhos tentam, a todo custo, defender, o que provoca momentos de discórdia e estresse entre os integrantes do Congado e a diretoria.²⁴

Esse imbricamento entre as três estruturas provoca choques entre as gerações, entre novos e velhos, entre família e Irmandade, entre poder público e privado. São disputas de poder e de representatividade que, por vezes, atingem um nível de tensão insustentável, pois é de interesse do poder público apoiar as manifestações culturais da cidade em troca de apoio, especialmente em ano de eleição, os velhos não aceitam a interferência externa na práticas religiosas e os mais novos veem com bons olhos os convênios, patrocínios, apoios externos, mesmo que para isso tenham que negociar apresentações, participações em eventos políticos e culturais de interesses os mais diversos possíveis e acabam passando por cima dos mais velhos.²⁵ Se os velhos perdem o status social, perdem a força na vida e principalmente na morte, pois o que determina o peso e os investimentos nos ritos fúnebres é o lugar que ocupam e a capacidade de se fazer representar e respeitar na hierarquia do grupo, afirma o Capitão do Congado e Presidente da Irmandade João Batista:

*O que eles não percebem é que as coisas mudaram, não dá mais para fazer festa para mais de duas mil pessoas e dar de comer e beber para todos, de graça, porque Congado é assim. Não podemos mais sair com as guardas pela cidade porque atrapalha o trânsito, é proibido, tem que ter ajuda da polícia pra desviar o trânsito e pra garantir a segurança, precisa de ônibus pra ir aos lugares mais distantes e isso tudo custa dinheiro. Não dá pra contar só com a colaboração da família, porque a situação de todo mundo é cada vez mais difícil. É só com a ajuda do poder público mesmo. Até quando morre alguém é uma luta. Nem sempre as famílias estão preparadas para arcar com as despesas e vem gente de todo lugar. Enterrar é cada vez mais caro e a Irmandade tem que ajudar, não vai deixar um irmão e sua família na mão. Mas até para isso precisa de dinheiro.*²⁶

Na festa e nos ritos de passagem desaparecem todos esses conflitos. É quando cada

²⁴ Interpretação a partir de relatos do Capitão Regente Antônio Maria, Capitão Mor Mário Brás da Luz, capitão de bastão Marcinho e Antônio Silva (Quinha), rainha perpétua Maria Lúcia Silva, em entrevista cedida a autora deste artigo em agosto de 2004, na Comunidade dos Arturos, para fins acadêmicos.

²⁵ Conforme relato dos irmãos Mario e Antônio em entrevista cedida a autora deste artigo, para fins acadêmicos, em agosto de 2004, na Comunidade dos Arturos.

²⁶ Conforme relato do Capitão do Congado e Presidente da Irmandade João Batista, em entrevista cedida a autora deste artigo, para fins acadêmicos, em agosto de 2004, na Comunidade dos Arturos.

qual, tomando as rédeas da história, assume seu lugar e esquece o que os separa. Eles se unem, formando o Rosário de Nossa Senhora, em que cada um é uma conta que se liga às demais para, unidos, celebrar o que os une e faz superar as ameaças e discórdias.

A festa é, portanto, o traço principal e vital dos grupos de Congado. É por intermédio da música e da dança no Reinado de Nossa Senhora do Rosário, que os filhos da África, herdeiros dessa tradição ancestral, encarnam o homo festivus, retornam à África e irmanam-se com seus ancestrais em Aruanda e com o Cosmos. É quando, conforme Lucas e Luz (2006, p. 20), os 'pretinhos do Rosário' louvam as divindades católicas, sobretudo Nossa Senhora do Rosário e os santos negros, ao mesmo tempo em que prestam honras e obrigações a seus ancestrais – uma concepção e atitude espiritual que, nessa versão brasileira, se recobre de profunda dor e respeito, devido à condição escrava de seus antepassados. Trata-se de um momento em que a morte também deixa de ser individual, para se integrar à totalidade de seu sistema de crenças e valores, unindo-os aos antepassados, desde a travessia da Calunga grande.

Segundo Gomes e Pereira,

O homem religioso que festeja retorna ao tempo das origens, reveste-se da força da criação e, penetrando a eternidade, reencontra a plenitude. Alimentado na fonte primordial, ele agrega em si a força dos antepassados e, quando retorna ao tempo profano, tem condições de reintegrar-se temporariamente ao cotidiano. Quando se lhe esgotam as reservas, nova festa o reconduzirá às suas origens, permitindo-lhe renascer com a força dos ancestrais. Munido de tal resistência, ele repete o modelo ritual que é sua herança, percorrendo as vias históricas de seu povo, os caminhos míticos de sua devoção. (2000, p. 13)

O mito fundante da festa descreve o momento em que Nossa Senhora apareceu nas águas do mar, foi resgatada pelos negros e declarou-se sua Mãe. A santa branca, em uma simbiose, transforma-se em Mãe e protetora dos negros durante a escravidão, dando consolo, esperança e força para resistir às mazelas do cativeiro. É ela quem os recebe e conduz pelas mãos na hora da morte, levando-os de volta para casa, para o lugar de suas raízes.

É esse mar, a Calunga Grande que conduziu os africanos de diversas nações para a diáspora, que os mantem em plena ligação com a África, expressa nos cantos do Congo para a Rainha do Mar, a Sinhá Sereia, e na declaração da Rainha Conga:

Nós ainda temos muito da África em nós. Foram eles que começaram essa tradição e que foi passando pra gente. Aí é que está a nossa história e é o que nos une a eles. É esse mar sagrado que trouxe Nossa Senhora e que veio consolar nós todos nessa terra. Sem ela, tudo seria mais difícil.²⁷

²⁷ Entrevista cedida em agosto de 2004, na comunidade dos Arturos a Rosângela Paulino.

É importante esclarecer que, segundo Oliveira (2005, p. 90-92), o Congado comporta duas dimensões ritualísticas distintas e complementares:

a) O Trono Coroado, que representa o Reino de Nossa Senhora, composto pelo Rei Congo e Rainha Conga, Reis Perpétuos, Rei de São Benedito e Rainha 13 de Maio, Rei e Rainha de Santa Efigênia e os Reis Festeiros, que são os patrocinadores da festa;

b) A Capitania, composta pelos soldados de Nossa Senhora, por aqueles que tocam, cantam, dançam, podendo, dentro da diversidade dos ritos, contar em um mesmo grupo com grupos ou guardas de Congo e Moçambique, comandada pelo Capitão-Mor, Capitão Regente, Primeiro Capitão, Capitães de Bastão e de Espadas e os dançantes ou vassalos, que invocam os poderes mágico-religiosos incorporados pelos reis e rainhas, comandam a festa e também são os responsáveis pela condução dos rituais fúnebres.

É na passagem do período escravista para o contemporâneo que os atores afrodescendentes negociam seus papéis e espaços de atuação. Pereira afirma que “a linguagem do sagrado foi um dos elementos que as populações negras empregaram para mapear as representações de si mesma e da sociedade brasileira” (Pereira, 2005, p. 21).

Mais do que um grupo de pessoas, o Trono Coroado é a principal referência da festa e o responsável pelo poder mágico/religioso dos grupos (Oliveira, 2005, p. 75-76). É o lugar da manipulação do sagrado, das orações, dos pedidos e agradecimentos, do compromisso e cumprimento de promessas aos santos de devoção. Reis e rainhas incorporam as forças celestes como representantes do sagrado e tornam-se não só representantes dos santos católicos, mas também da memória da força e do poder ancestral de cada grupo. São os responsáveis por receber todos os convidados e distribuir as bênçãos e a atenção aos integrantes dos grupos fraternos e convidados nos momentos de festa, além de prepararem os caminhos para os que morrem. A eficácia dos ritos fúnebres depende de suas ações. Portanto, como portadores do sagrado, devem usar todo seu conhecimento para que o mistério entre vida e morte seja minimamente aceito e compreendido por todos, para que o equilíbrio do grupo e do cosmos seja reestabelecido. É, como diria João José Reis, o momento no qual a morte se torna uma festa, num verdadeiro espírito de confraternização e de sociabilidade.

Quando nós retornamos da missa com o Cortejo, nós chegamos na Comunidade e ficamos lá na Igreja diante do altar, recebendo todos os outros Congados e visitantes. É a nossa obrigação. Temos que dar as boas-vindas e as bênçãos necessárias para que tudo fique bem. Quando alguém morre nós temos que ser os primeiros a dar exemplo, juntar as pessoas, rezar, orientar para o que deve ser feito. Isso tudo junto com os capitães, claro.²⁸

Na hierarquia religiosa do grupo, que deve ser respeitada em vida e nos ritos de passagem, em especial nos fúnebres, os cargos estão dispostos por ordem de importância:

Rei Congo e Rainha Conga, Rei e Rainha do Império, Rei de São Benedito e Rainha

²⁸ Entrevista concedida em agosto de 2004, na comunidade dos Arturos a Rosângela Paulino, com Maria Natália – Tetane.

13 de Maio, Rei e Rainha de Santa Efigênia, Reis e Rainhas Perpétuas, Capitão-Mor, Capitão Regente, 1º Capitão (2º. e 3º.), 1º Ministro (2º. e 3º.), Capitães de Bastão, Capitães de Espada, Caixeiros, Bandeireira, Dançantes ou Vassalos e Fiscais.

Cada um dos eleitos para os cargos elege mais duas pessoas para trabalharem juntos e, assim, formam uma trindade. São pessoas que os auxiliarão a organizar e conduzir a dinâmica da religiosidade. O simbolismo religioso estará presente em todas as formas de organização do grupo, o que se reflete na organização familiar e na sociabilidade:

*Tem sempre que ter três pessoas em todos os cargos. Assim como tem Pai, Filho, Espírito Santo, no Congado tem Fundamento, Mandamento e Confirmação. Cada um dos três exerce um desses papéis para cuidar de tudo direitinho. É coisa muito séria, por isso não pode ser qualquer um. É bonito, mas é responsabilidade demais também.*²⁹

A ritualística do Congado é marcadamente musical. Os ritos de abertura, de iniciação de novena, de levantamento de bandeiras, de coroação, de cortejo fúnebre, entre outros, são sempre acompanhados por tambores, caixas, patangomes, gungas e demais instrumentos utilizados pelos grupos. A força da religiosidade é expressa no som e nos tambores, que ligam passado e presente. Transformam-se na voz da própria África, comunicando-se com seus filhos e filhas. É a fé que se faz festa, em um lamento encadeado pelo bater de mãos e pés, de corpos que balançam (Oliveira, 2005, p. 88).

Conforme Lucas e Luz,

As cerimônias do Reinado se cumprem através da música incessante produzida pelos vários grupos participantes – anfitriões e visitantes – que tocam e cantam músicas distintas simultaneamente, durante os três dias de duração de uma festa. O Reinado é então um contexto de vivência musical extremamente rico e complexo, pois a música é o meio organizador do tempo ritual do Congado, sendo fundamental para a criação de um ambiente diferenciado em relação ao cotidiano. É, portanto, através da música que as obrigações e interações espirituais, como também grande parte das relações sociais, acontecem (2006, p. 10).

É nesse contexto de fé que o homem festivo encara a morte. Com esse mesmo espírito ritual de louvor à grande Mãe, sua voz levanta-se e o corpo balança em um murmúrio de lamento e dor, quando perde uma conta de seu Rosário.

Cada integrante do Congado é uma conta do grande Rosário de Nossa Senhora, que deve ser reverenciada na vida e na morte, conforme o lugar que ocupa:

Dentro do reinado todo mundo é importante. Cada um tem seu papel e

²⁹ Idem

a ingoma³⁰ só funciona porque todo mundo sabe o que fazer e quando fazer. Mas quando morre só rei e rainha é descoroadado. Capitão, caixeiro é iluminado, então quando morre é feita uma cerimônia de entregar do cargo e de tirar a mão. Quando morre um vassalo a gente faz uma homenagem. Eles não são coroados, mas são do reinado, merecem o mesmo respeito. Só a cerimônia que é diferente.³¹

Conforme o Capitão Mór, a hierarquia que fundamenta as relações de poder no Congado na hora dos ritos fúnebres pode ser classificada da seguinte maneira: aqueles que serão descoroados – reis e rainhas; os que são iluminados e, portanto, devem tirar a mão dos padrinhos e madrinhas e dos santos de devoção que os abençoaram – capitania; e os homenageados – todos os dançantes e demais integrantes do Reinado.

O “tirar a mão” remete, ainda que indiretamente, a rituais de origem africana preservados no Candomblé, nos quais, quando da morte de um Babalorixá ou uma Yalorixá, há uma cerimônia de tirar a mão deles, de todos os que foram iniciados por eles, para que não fiquem com a energia e responsabilidade do falecido consigo. No Congado, o sentido é praticamente o mesmo, pois todos os integrantes do Reinado devem entregar os cargos e postos que ocuparam em vida, para retornarem ao reino sagrado assim como vieram. Devem ser sepultados sem levar nada da Terra, conforme afirmam:

É importante que a gente faça todo o ritual de descoroação, para retirar a mão, para a pessoa voltar a ser uma pessoa normal, sem títulos ou obrigações que a prendam aqui na terra. A gente nasce sem nada e depois é que vai ganhando tudo, mas quando morre deve ir sem nada, assim como veio. Por isso que se um capitão nosso, um rei ou uma rainha, alguém do reinado morrer longe daqui e não der ninguém ir lá, a gente reúne aqui mesmo com quem deve e faz uma cerimônia com as coisas que tiver aqui e dispensa a pessoa das obrigações dela com o Reinado. Não pode partir em dívida com o Reinado e nem ficar preso a ele. O Reinado é dos estão aqui na terra, Nossa Senhora deu pra gente reinar aqui. Depois que morre começa outra história que não tem nada a ver com essa aqui, é Zambi quem decide. Se não fizer tudo direitinho outro não pode assumir o lugar e o Reinado acaba.³²

O descoroar ou tirar a mão tem sentido profundo na religiosidade do grupo, pois comprova que os objetos usados pelos congadeiros são sagrados e portadores de magia. Assim, não podem ser enterrados com a pessoa que os usava, pois não pertencem a ela. Eles devem continuar circulando, a energia deve passar para outro, e sempre retornar ao seu lugar de origem, para que o reinado não acabe. Conforme Eliade (1991, p. 18), o objeto surge como

³⁰ Os Arturos chamam o grupo de dançantes de “ingoma”, palavra que também designa a herança recebida dos antepassados. Ora, remete visivelmente ao étimo bantu “ngoma”, que significa precisamente “tambor”. O tambor é ao mesmo tempo herança e voz, ritmo e vida, comunidade e ancestralidade. É a própria África falando (Augras, 1989 apud Gomes e Pereira, 2000, p. 17).

³¹ Afirmação do Capitão-Mor Mário Bráz da Luz, em entrevista concedida em agosto de 2004, na comunidade dos Arturos a Rosângela Paulino.

³² Entrevista concedida em agosto de 2004, na comunidade dos Arturos a Rosângela Paulino, por Maria Lúcia - Rainha Conga e Capitão-Mor – Mário Bráz da Luz.

receptáculo de uma força exterior que o diferencia de seu próprio meio e concede significado e valor. Como a Rainha Conga dos Arturos refere:

Os pertences de quem morreu são tão sagrados que o capitão que tá ajudando na hora do descoroamento não pode tocar neles. Ele levanta com o bastão e eu e o Rei Congo é que pegamos e entregamos direto para o substituto ou colocamos no altar. Aquele que recebe está recebendo algo que é sagrado, que deve ser cuidado com carinho e cuidado. Tem que limpar, rezar e iluminar para manter a força e o poder, se não atrasa a vida da pessoa também. Por isso que a gente confirma se a pessoa quer mesmo receber essa herança, pois não é brincadeira, é instrumento sagrado dos antigos.³³

Cada um tem seus pertences, não deve emprestá-los ou usar de outros. Os cuidados são redobrados quando se trata dos bastões, coroas e toalhas, pois são objetos que, se manipulados inadequadamente, podem resultar em coisas que nem sempre boas, conforme explica um capitão:

Quem é coroado, tem que saber cuidar das coroas, dos bastões, das caixas, das bandeiras, de tudo que tem no Congado. Por exemplo, se alguém vira o bastão de um capitão de cabeça pra baixo, pode deixar ele todo perdido e mexer com o Congado inteiro, atrapalhar tudo.³⁴

As coroas, bastões, rosários e outros pertences dos integrantes do Reinado dos Arturos não possuem valor material, uma vez que são feitos de arame, contas de lágrimas ou de rosário, madeira e adereços de plástico, lata etc. No entanto, seu valor simbólico não tem preço. É o que os liga ao passado e à história vivida pelos antepassados no Brasil e em África. São heranças recebidas e guardadas há mais de um século, algumas há mais de 300 anos, como conta o Capitão-Regente:

Os nossos tambores do Candombe têm mais de 300 anos. Quando seu Zé Aristide os deu para papai cuidar, eles já eram velhos, vinham lá da senzala. A voz deles vem de longe. Tem coroa nossa e bastão que é desse tempo também, por isso a gente toma todo cuidado com elas, porque a força do reinado está neles.³⁵

São esses elementos que dão sentido à religiosidade que congregam e carregam, que os fazem fortes e portadores de uma identidade. Os rituais, conforme Durkheim, criam um corpo de ideias e valores que, sendo socialmente partilhados, assumem a conotação religiosa de que para sobreviver é necessário ter um grupo de pessoas ou uma comunidade relativamente

³³ Idem

³⁴ Entrevista concedida em agosto de 2004, na comunidade dos Arturos a Rosângela Paulino, por Maria Lúcia - Rainha Conga e Capitão-Mor – Mário Bráz da Luz

³⁵ Idem, com Antônio Maria da Silva – Capitão Regente.

unida em torno desses valores. O autor aponta que “a religião é coisa eminentemente social. As representações religiosas são representações coletivas que exprimem realidades também coletivas; os ritos são maneiras de agir que surgem unicamente no seio dos grupos reunidos e que se destinam a suscitar, a manter, ou a refazer certos estados mentais desses grupos.” (Durkheim 1989, p. 38).

O Reinado de Nossa Senhora é tão importante para os Arturos que, no caso de falecimento de um de seus integrantes em dias de festa, os cortejos não devem ser interrompidos, como afirma o patriarca, em pura reverência:

Meu pai mesmo, que foi quem nos ensinou isso tudo junto com seu Zé Aristide e o Joaquim Quadros, recomendava que se ele morresse em dia de festa era pra gente ir lá, enterrar e voltar para continuar a festa, pois o Reinado é maior que tudo, dele depende a nossa vida, a nossa força. Cada um de nós é uma conta do Rosário de Nossa Senhora e, se uma conta falta, nós temos que nos unir e reforçar nosso Rosário pra ele não arrebentar. É nessa hora que temos que provar nossa fé e união e é cantando e dançando pra Nossa Senhora que aumenta nossa força. É aroeira mesmo. São eles depois que morre que continuam ajudando a gente, o reinado não acaba porque a pessoa morreu. Ela vai continuar reinando com a gente, mas agora de um jeito diferente, lá de Aruanda mesmo. Aí que a ingoma chora de verdade.³⁶

Conforme seu relato, o Capitão de Bastão Marcinho vivenciou uma verdade que aumentou ainda mais sua fé a certeza de que seu lugar é no Reinado de Nossa Senhora:

Meu avô morreu no dia de festa do Congado. Logo no primeiro dia. Quando fiquei sabendo, sai do Congado e fui pro velório. Passei a noite toda lá, mais alguma coisa me incomodava. Quando o dia clareou, peguei minha farda, minha gunga e voltei pro Congado. Dancei o dia todinho batendo campanha no pé do trono coroadado, não parei um minuto. Foi meu choro, minha forma de homenagear ele. Foi ali que eu senti que aquele era o meu lugar, sabia que meu avô ia querer isso e que ele tava ali comigo. É minha obrigação com o Reinado. De lá pra cá, soltou o rojão, eu pego minhas coisas e vou reinar. É o que nasci pra fazer e enquanto puder é nos pés do trono coroadado que eu vou dançar e bater minha campana.³⁷

É nesse contexto que a Comunidade dos Arturos ganha força e expressão religiosa e identitária, e reproduz os ritos e mitos do passado, com a mesma perseverança e fé que os antepassados. É o que garantirá, na vida dessa Comunidade e nos ritos de passagem, conforme Turner (1995) e van Gennep (2011), o status e a posição social das pessoas envolvidas, englobando estados mentais, sentimentais e afetivos. São elementos que surgem com força renovada no homem festivo.

³⁶ Entrevista concedida em agosto de 2004, na comunidade dos Arturos a Rosângela Paulino, por Seu Geraldo.

³⁷ Idem, Capitão de Bastão Marcinho.

Conclusão

É difícil concluir uma história quando se trata dos Arturos, pois há sempre algo a mais para incluir, aprofundar ou, até, como dizem, “curiar”. No entanto, no que diz respeito aos ritos de morte, é possível afirmar que a morte é irreversível e objeto de preocupação, tanto para os Arturos quanto para os demais grupos de congada do estado de Minas Gerais, devido às mudanças que imprime. Os ritos continuam tendo força e importância para os congadeiros e para os irmãos do Rosário, pois unem tanto os de dentro quanto os de fora, por meio de uma rede de solidariedade que se reforça com a memória coletiva, que perpassa e dá sentido estruturante e aconchego a seus integrantes, ainda que eles se eximam cada vez mais das responsabilidades de preparo dos rituais. Esse é um dos aspectos que mais afetam os velhos, que sentem falta desse envolvimento no preparo adequado dos ritos, das conversas, de serem consultados, reverenciados. Apesar de suas queixas, da solidão a que estão expostos, os velhos sabem que a perpetuação dos saberes dos antepassados depende de sua relação com os mais novos, do quanto estão dispostos a abrir a sua caixa de memória para compartilhar com eles.

As transformações sociais que se processam na atualidade dificultam a manutenção dos rituais de passagem, pois no caso de morte o rito de corpo presente é central, é quando o morto deve retornar para casa para ser velado com toda a família e a comunidade. As dificuldades envolvem a liberação do corpo junto ao Instituto Médico Legal - IML, a definição do horário de sepultamento no cemitério local, liberação da documentação aos trâmites para garantir a execução dos ritos religiosos. Muitas vezes não é possível cumprir o necessário, devido ao tempo da comunidade e da burocracia oficial caminharem em ritmos opostos – sagrado e profano em conflito. Tais fatores afetam os velhos, que sentem a comunidade enfraquecer por não terem mais condições de transmitir seus ensinamentos e por verem as tradições se transformando de uma forma rápida demais para sua compreensão e aceitação. Mas principalmente por percebem que as novas gerações minimizam cada vez mais o valor das tradições devido aos valores que vão aprendendo no contato com a sociedade vigente.

Referências Bibliográficas

ARIÈS, Phillipe. *O homem diante da Morte*. Tradução de Luzia Ribeiro. São Paulo: Editora Unesp, 2014. 837p.

BERNARDO, Teresinha. *Memória em branco e negro: olhares sobre São Paulo*. São Paulo: EDUC: Fundação Editora Unesp, 1998. 207p.

BOSCHI, Caio César. *Os Leigos e o Poder: Irmandades Leigas e Política Colonizadora em Minas Gerais*. São Paulo: Ed. Ática, 1986. 254p.

CASCUDO, Luiz da Câmara. *Dicionário do folclore brasileiro*. Brasília, 1972. 716p.



CHAUÍ, Marilena. *Convite à filosofia*. São Paulo: Ed. Ática, 2000. 567p.

DAMATTA, Roberto. *A casa e a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987. 178p.

DURKHEIM, Émile. *Formas elementares da vida religiosa: o sistema totêmico na Austrália*. Tradução Joaquim Pereira Neto. São Paulo: Ed. Paulinas, 1989. 536p.

ELIADE, Mircea. *O mito do eterno retorno. Arquétipos e repetição*. Trad. José A Ceschin. São Paulo: Mercuryo, 1991. 171p.

ELIAS, Norbert. *A solidão dos moribundos*. Seguido de "Envelhecer e morrer". Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001. 107p.

GENNEP, Arnold van. *Os ritos de passagem*. 2ª. ed., Tradução Bras. Mariano Ferreira. Petrópolis, Vozes, 2011. 168p.

GOMES, Núbia Pereira de Magalhães e PEREIRA, Edimilson de Almeida. *Arturos: olhos do rosário*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 1990. 106p.

GOMES, Núbia Pereira de Magalhães e PEREIRA, Edimilson de Almeida. *Negras Raízes Mineiras: Os Arturos*. 2ª edição. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2000. 631p.

HABERMAS, J. *O discurso filosófico da Modernidade*. São Paulo: Martins Fontes, 2000. 550p.

LOPES NETO, Antônio Lisboa. *As irmandades religiosas mineiras no período colonial*. Trabalho de conclusão de curso (Monografia em Gestão de Projetos Culturais). Centro de Estudos Latino-Americanos sobre Cultura e Comunicação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. 29p. Disponível em: <<http://paineira.usp.br/celacc/sites/default/files/media/tcc/177-583-1-PB.pdf>>. Acesso em 06/03/2019.

LUCAS, G. *Os Sons do Rosário: o congado mineiro dos Arturos e Jatobá* / Glaura Lucas. - Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002. 360p.

LUCAS, Glaura e LUZ, José Bonifácio da (Coord.). *Cantando e reinando com os Arturos*. Belo Horizonte: Editora Rona, 2006. 108 p. [Livro-CD-Rom].

MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a dádiva. In: _____. *Sociologia e antropologia*. Volume II. São Paulo: Edusp, p. 39-67, 1974.

MAUSS, Marcel. A expressão obrigatória dos sentimentos (rituais orais funerários australianos). In: _____. *Ensaio de Sociologia*. São Paulo: Perspectiva, p. 325-335, 2001.

MORIN, Edgar. *Educação e complexidade: Os sete saberes e outros ensaios*. São Paulo: Cortez, 2005. 112p.

OLIVEIRA, Rosângela Paulino de. *Os Arturos: unidos pela festa*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005. 152p.

OLIVEIRA, Rosângela Paulino de. *Morte tradicional em sociedade moderna: Os ritos de morte na Comunidade dos Arturos*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Programa de Pós-Graduação

em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011. 211p.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

QUINTÃO, Antônia Aparecida. As irmandades de pretos e pardos em Pernambuco e no Rio de Janeiro na época de D. José I: um estudo comparativo. In: NIZZA, Maria Beatriz da Silva (Org.). *Brasil: Colonização e escravidão*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, p. 163-176, 2000.

REIS, João José. *A morte é uma festa: Ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. 357p.

RODRIGUES, C. *Lugares dos mortos na cidade dos vivos: tradições e transformações fúnebres no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1997. 276 p. (Coleção Biblioteca carioca; v. 43. Série publicação científica)

TURNER, Victor. *O processo ritual*. Petrópolis: Vozes, 1995. 200p.

VARELA, João Sebastião das Chagas. *Da Bahia do Senhor do Bonfim: Factos, vultos e typos populares*. Salvador, 1936. 278p.

Recebido em: 9 de julho de 2018

Aprovado em: 30 de novembro de 2018

